



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria-Executiva

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT

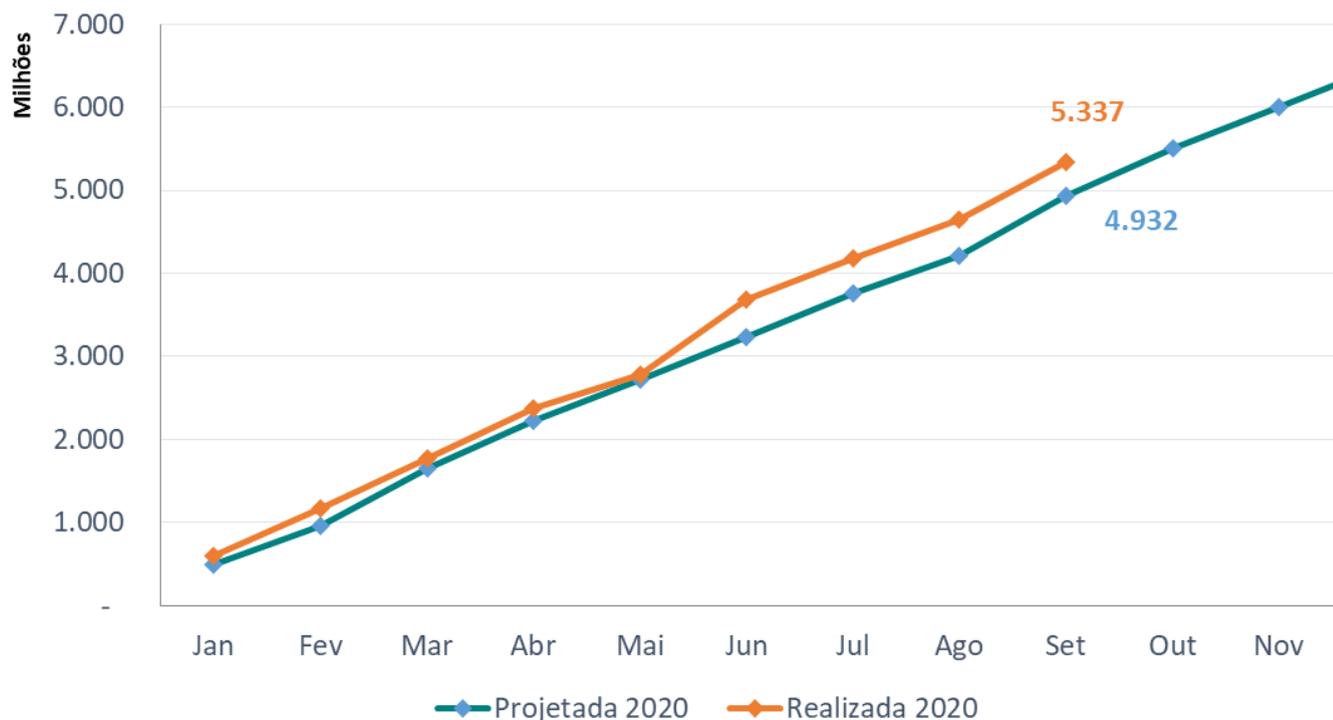
**Abertura:** Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2020, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/yuri-rafael-della-giustina-2>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, foi iniciada a Reunião, com a participação dos seguintes membros e convidados do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT): Sr. **Marcos Cesar Pontes**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, Presidente do Conselho; dos Conselheiros: **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; **Evaldo Ferreira Vilela**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; **Benedito Guimarães Aguiar Neto**, do Ministério da Educação; **Zarak de Oliveira Ferreira**, do Ministério da Economia; **Marcos Rosas Degaut Pontes**, do Ministério da Defesa; **Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil**, da Embrapa; dos representantes titulares da Comunidade Científica: **Luiz Davidovich**, pela Academia Brasileira de Ciência – ABC; **Glaucius Oliva**, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; **Gianna Cardoso Sagazio**, titular do Setor Empresarial; **Antonio Renan Arrais**, titular dos Trabalhadores da área de C&T; os senhores **Franklin Madruga Luzes Junior** e **Jorge Luis Nicolas Audy** cujos processos de recondução como membros do Conselho Diretor encontram-se em curso e **Idenilza Moreira Miranda** suplente do Setor Empresarial; ainda contou com a presença de membros das equipes técnicas da Finep: Alberto Pinheiro Dantas, Marcelo Silva Bortolini de Castro, Janaína Prevot Nascimento, Adriano Alves Faria Lattarulo e André Luz de Godoy; Sérgio Lucas e João Gonçalves Festas, do Ministério da Defesa; Luciano Cunha de Sousa e Igor Manhães Nazareth, do Ministério da Economia; Heloisa Hollnagel - CAPES; Isabela Brod, do BNDES; Marcos Arcuri, da CNI; Fábio Donato Soares Larotonda, Diretor do Departamento de Programas de Desenvolvimento Científico (DEPPD) da Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas da SEFAE/MCTI; da Secretaria-Executiva SESEX/MCTI; Carlos Alberto Flora Baptistucci, Secretário-Executivo Adjunto; Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim, Secretário de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI; Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI; Yuri Rafael Della Giustina, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – CGGF; Paula Regina Comin, Coordenadora de Gestão dos Fundos – COEGF; Lilian Rose Peters, Coordenadora de Monitoramento e Informações – COMON; Márcia de Souza Godoi Alves da COMON, Marisa Conceição Costa da COMON, Elenice Teresinha Thomas Carvalho da CGGF, Sílvia de Cássia Silva da CGGF. O Presidente deu início a Reunião, cumprimentou todos os presentes e elogiou a qualidade do Plano Anual de Investimentos de 2020 aprovado anteriormente argumentando que havia pequenos ajustes pontuais a serem feitos o que considerava um procedimento normal. Comentou acerca da importância do FNDCT, da Finep e do CNPq, ressaltou a excelência dos trabalhos realizados pelas equipes, deixando claro que o elogio não era apenas para a atuação desses atores nesse período crítico de pandemia, mas que reconhecia a mesma qualidade de trabalho em outros momentos. Citou as Medidas Provisórias (MPs) que foram liberadas para apoiar pesquisas para o combate à Covid. afirmou que a ciência era a única arma disponível para vencer a pandemia, sendo válida tanto para combater os impactos gerados pelo vírus quanto para a recuperação do País. Parafraseou a Dra. Helena Nader citando que os “Recursos para as áreas de Ciência, Tecnologia e Inovações não são gastos, são investimentos” e afirmou que deixava essa posição bem clara por onde quer que fosse. Mencionou ainda que reconhecia os esforços despendidos pelo CNPq, pela Finep, pelas Secretarias do MCTI e pelas parcerias realizadas de modo que, por meio das MPs, o Ministério pôde contribuir de maneira significativa para o enfrentamento à pandemia da SARS-CoV-2. Disse que fez uma visita ao CNPEM, acompanhado pelo Presidente da República, em especial ao Laboratório Sirius e comentou acerca da relevância daquela instalação nos estudos feitos com a Nitazoxanida, entre outros estudos em biotecnologia, e que eram realizados nas dependências dos laboratórios lá instalados. Por conta dessa visita, concretizou-se um ideal de construção de um laboratório de biossegurança, comentando que essa iniciativa seria um ganho enorme para o País. Aproveitou o ensejo para parabenizar a todos que participavam de maneira direta e indireta na implementação e na execução dos recursos alocados para o enfrentamento da pandemia. Citou sobre o Projeto de Lei 135/2020, comentando que ele aguardava uma brecha para entrar em pauta na Câmara dos Deputados e ressaltou seu apoio total na questão. Informou que em fevereiro foi estabelecida a “Rede Vírus – MCTI” explicando que se tratava de um conjunto de pesquisadores e especialistas nas áreas de virologia e infectologia que se debruçaram nos estudos referentes ao panorama de pandemia. Dentro dessa prioridade, comentou que eles estabeleceram como diretrizes: a busca de um remédio de reposição; a busca pelo aumento da capacidade de testes de diagnóstico; a busca de vacinas nacionais; melhor entendimento do vírus e da patogênese; e da melhoria da estrutura do país visando o enfrentamento das próximas pandemias. Mencionou o nome da Dra. Patrícia Rocco, especialista que comanda as pesquisas referentes a Nitazoxanida, informando que essa medicação era capaz de reduzir a carga viral em pacientes sintomáticos nos três primeiros dias de infecção, chegando até a negatar após o seu uso em cinco dias, em cinquenta por cento dos pacientes testados, podendo chegar a setenta por cento ao final da conclusão dos sete dias do tratamento, isso tudo sem nenhum efeito colateral grave. Com relação a testes de diagnósticos, após os investimentos realizados, comentou que já existia a produção e o desenvolvimento completo dos reagentes nacionais, além do desenvolvimento de testes de diagnósticos sem reagentes por meio de inteligência artificial. Na parte de tecnologia, comentou que já existiam empresas capazes de desenvolver e produzir ventiladores 100% nacionais. Na questão da prevenção, nos protocolos de vacina, informou que vinha ocorrendo o desenvolvimento nacional de vacinas, além da melhoria da infraestrutura de laboratórios de pesquisas. Ressaltou novamente a importância do FNDCT atribuindo ao Fundo a gestão dos recursos liberados. Na questão da Inovação informou que foi publicado um Decreto sobre a Política Nacional de Inovação, mencionou a existência de uma consulta pública de estratégia nacional de inovação, ressaltou a importância da divulgação do Marco Legal das Startups e finalizou sua fala afirmando que via de modo positivo todos feitos conquistados num período tão exíguo. Em seguida passou a palavra aos demais conselheiros. O Sr. Glaucius Oliva pediu a palavra, cumprimentou os demais e questionou acerca de não haver nenhum representante do setor produtivo ou da comunidade científica integrando a Câmara de Inovação – estabelecida pelo Decreto 10.534/2020, momento em que foi respondido pelo Sr. Paulo Alvim. O Secretário afirmou que isso ocorreu em virtude de um apontamento do Tribunal de Contas da União – TCU que afirmava a necessidade de se ter uma concentração de governo e colocou que haviam câmaras consultivas abertas à comunidade científica e às empresas. O Ministro reconheceu os esforços no trabalho realizado pelo Secretário Paulo Alvim no tocante as respostas às consultas públicas, além do excelente desempenho do CNPq e da Finep nas questões das atividades referentes à Covid. Sr. Jorge Audy aproveitou a oportunidade para manifestar que foi uma surpresa para as entidades da área de inovação ao receberem o Decreto e pediu a gentileza de uma consulta pública prévia quanto ao teor de um documento de interesse direto do setor, antes da publicação oficial. O Ministro acolheu a sugestão e mencionou a possibilidade de retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. A seguir, o Sr. Luiz Davidovich pediu a palavra para esclarecer que a preocupação acerca do Decreto se deu também por parte da comunidade científica e reiterou a necessidade de uma maior participação de variados setores na discussão de temas da Câmara de Inovação sugerindo a revisão da composição e afirmou que isso agradaria, inclusive, aos órgãos de controle. O Ministro respondeu que lhe agradava muito a interação entre o Ministério com os variados setores. Dando seguimento à Reunião, concedeu a palavra ao Sr. Waldemar Barroso que discorreu acerca do primeiro item da pauta: **1. Monitoramento do Plano Anual de Investimento 2020.** O Presidente da Finep cumprimentou todos os participantes, deu boas vindas ao novo secretário-executivo Leônidas de Araújo Medeiros Júnior e afirmou aos demais conselheiros que todo o esforço no enfrentamento à Covid tem sido válido. Concedeu a palavra então ao Sr. Lattarulo para explanação do Plano de Investimentos. O Sr. Lattarulo começou discorrendo a respeito do Plano de Investimento Não-Reembolsável com recursos aprovados pelo CD/FNDCT em março de 2020. Listou as prioridades que serviram de diretrizes ao Plano de 2020, a saber: (I) Projetos priorizados em ações estratégicas do MCTI, CNPq e Finep, bem como as novas iniciativas aprovadas pelo Conselho Diretor; (II) Projetos contratados com necessidade de empenho em 2020, por antiguidade; (III) Projetos em contratação de acordo com o status interno; e (IV) Projetos contratados com necessidade de empenho somente em 2021, por antiguidade. Em seguida, apresentou os números da LOA, com recursos disponibilizados inicialmente em torno de R\$ 610 milhões. Observou que houve um remanejamento no orçamento tendo em vista o consumo dos recursos da ação de Equalização e indicou os destaques que estavam em vermelho e em azul que demonstravam as alterações da LOA conforme tabela da **Figura 1.**

Figura 1 – LOA Atualizada

	Ação Orçamentária	LOA Inicial	Alterações Orçamentárias	LOA após Alterações
Unidade Orçamentária 24901 - FNDC	Fundos Setoriais	116.511.020	-79.316.351	37.194.669
	Infra-estrutura	113.616.020	-85.485.375	28.130.645
	Demais Fundos Setoriais	2.895.000	6.169.024	9.064.024
	Operações Especiais	348.070.648	6.435.821	354.506.469
	Equalização	297.330.423	-22.888.096	274.442.327
	Participação no Capital	50.000	-	50.000
	Subvenção	50.690.225	29.323.917	80.014.142
	Demais Ações	69.110.682	326.500.000	395.610.682
	Projetos Institucionais de C&T	68.966.320	50.000	69.016.320
	Promoção de Eventos	50.000	-50.000	-
	Emergência COVID-19	-	326.500.000	326.500.000
	Implantação do Reator Multipropósito	94.362	-	94.362
	Ação Transversal	66.402.012	72.880.530	139.282.542
	Emendas Parlamentares	9.770.000	-1.800.000	7.970.000
	Subtotal	609.864.362	324.700.000	934.564.362
	Reserva de Contingência	4.281.883.010	4.281.883.010	4.281.883.010
TOTAL LOA UO 24901	4.891.747.372		5.216.447.372	
UO 74910	Empréstimo à Finep	1.627.294.336		1.627.294.336
	Arrecadação Projetada	6.509.177.346		6.509.177.346

Em seguida, foi apresentada a arrecadação do FNDC (Figura 2). Comentou que, conforme demonstrado no gráfico, a arrecadação realizada até setembro foi 8,2% maior que a arrecadação estimada para o período em função, sobretudo, da quitação antecipada realizada pela Finep no mês de junho por empréstimos tomados (R\$ 369 milhões); além da arrecadação da CIDE, principal fonte de arrecadação para o Fundo, informou que apresentou um resultado 7,97% maior que o esperado para o mesmo período; do retorno de investimentos através de fundos (R\$ 40 milhões) e das devoluções de saldos de convênios não previstas (R\$ 23 milhões).

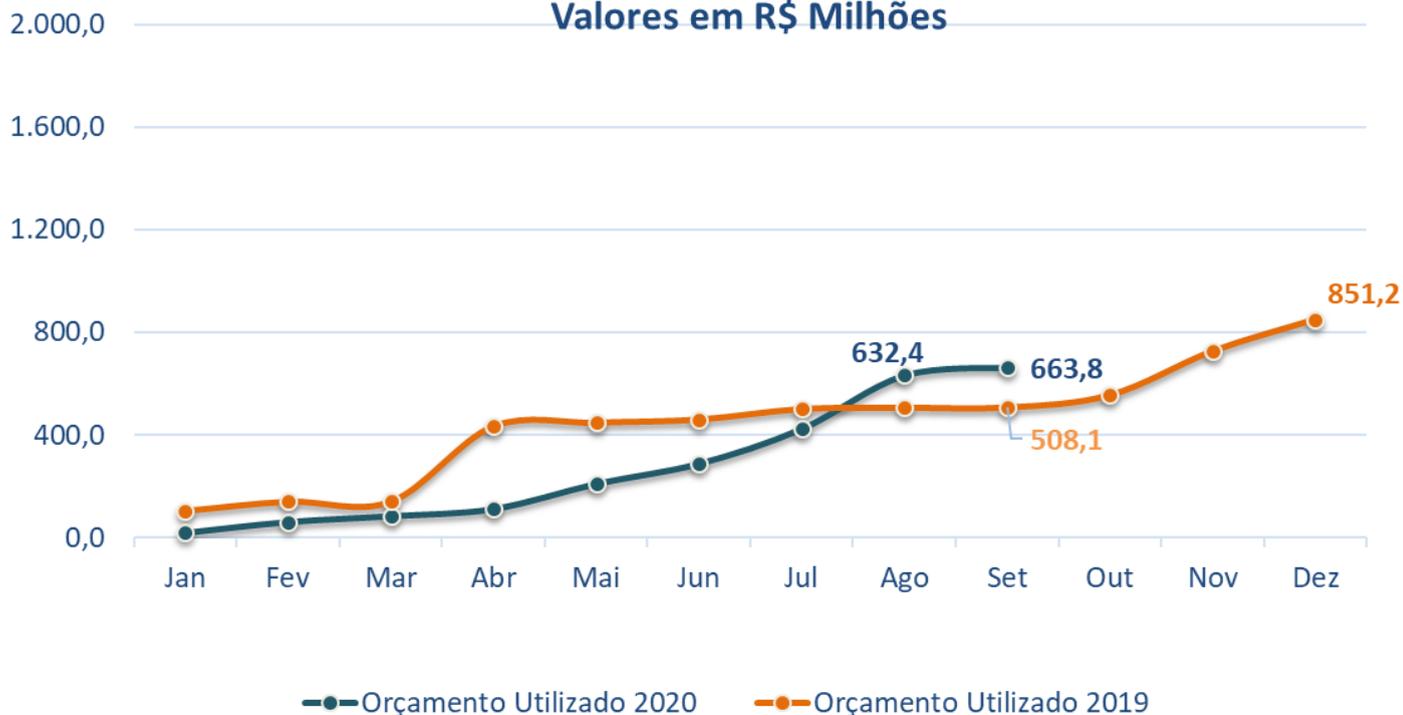
Figura 2 – FNDC – Arrecadação 2020



Quanto à execução orçamentária na Figura 3, demonstrou que, até 30 de setembro, a execução foi de 71,03% da LOA, o que representava um desempenho maior que em 2019 no mesmo período.

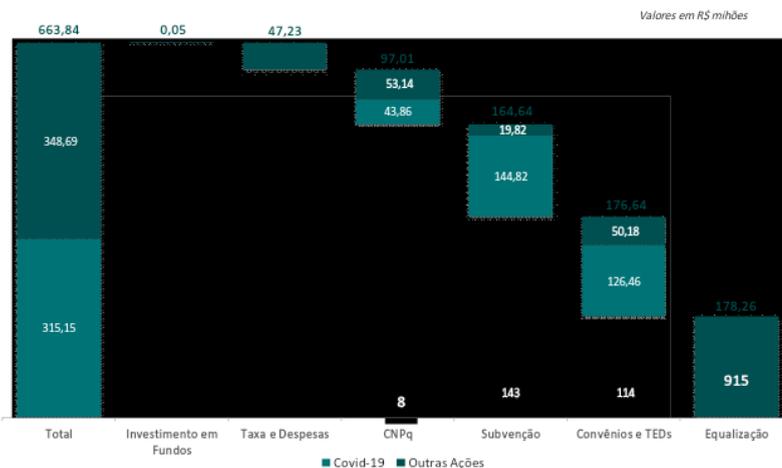
Figura 3 – FNDC - Execução Orçamentária Mensal (UO 24901)

### FNDCT - Orçamento Utilizado Valores em R\$ Milhões



A distribuição da execução orçamentária, por tipo de instrumento, conforme apresentado pela Figura 4, demonstrou que, até 30/09, já havia sido executado R\$ 178,26 milhões, e que a maior concentração deu-se entre Convênios e TEDs, seguidos pela Subvenção. Segundo observado pela equipe da Finep e demonstrado no gráfico, o desempenho ocorreu devido ao trabalho conjunto para desembolso dos projetos relacionados às ações de enfrentamento emergencial da Covid-19.

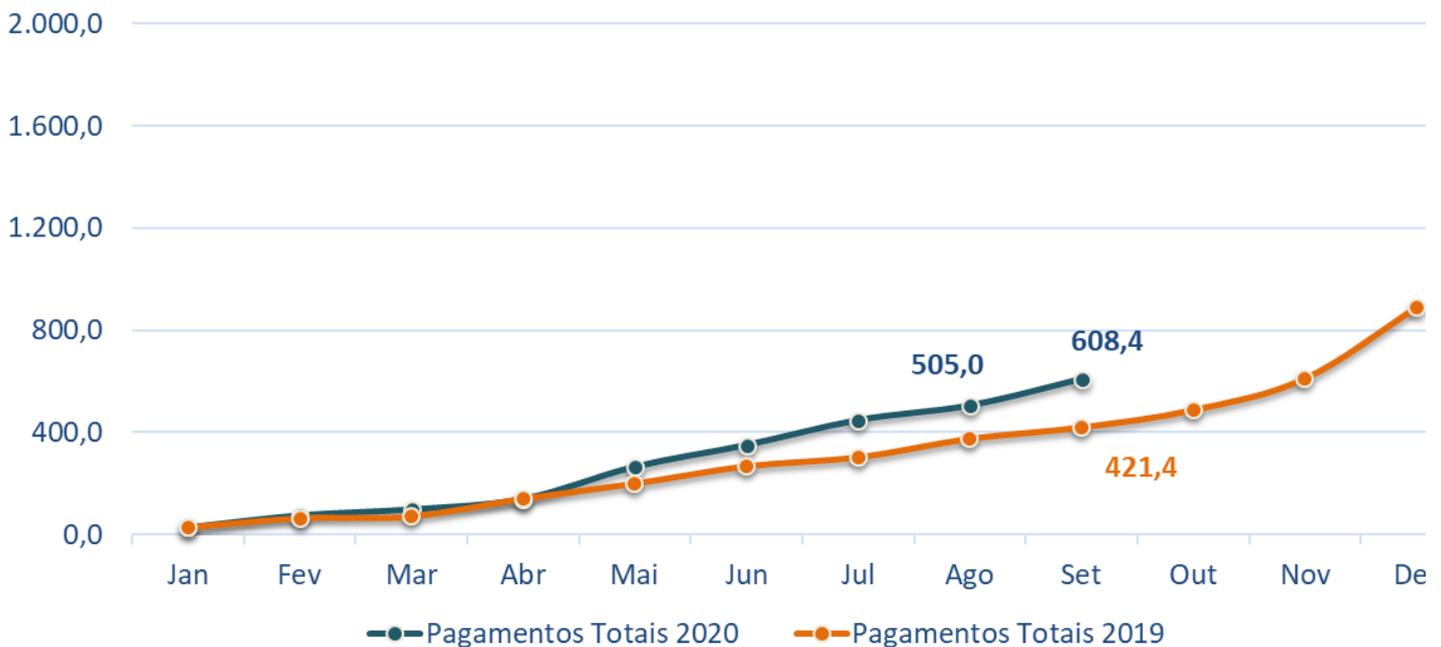
Figura 4 - Orçamento Utilizado por Tipo de Instrumento (UO 24901)



Quanto à execução financeira, conforme demonstrado na Figura 5, o desempenho atingiu a cifra de 85,8% dos recursos disponibilizados, bem superior ao realizado no exercício de 2019, para o mesmo período.

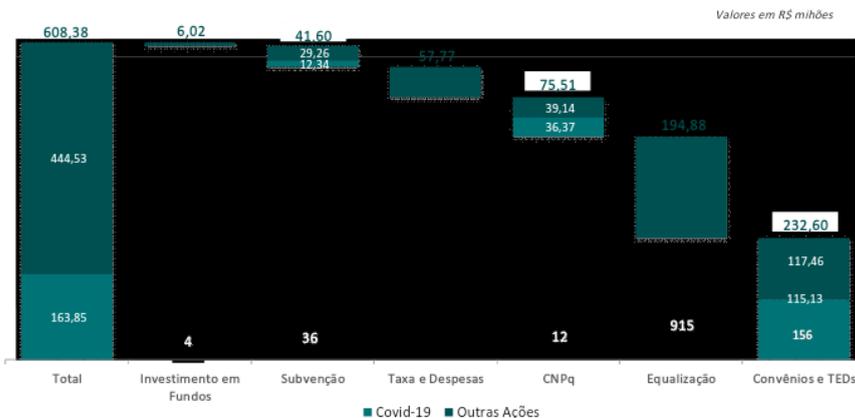
Figura 5 - FNDCT - Execução Financeira Mensal (UO 24901)

## FNDCT - Pagamentos Efetuados Valores em R\$ Milhões



Na Figura 6, foi apresentada a distribuição dos pagamentos por tipo de instrumento. Esta distribuição demonstrou que, até o mês de setembro, foram pagos R\$ 608,38 milhões, dos quais R\$ 163,85 milhões foram destinados para trinta e três (33) convênios e TEDs para o combate à COVID-19.

Figura 6 - Pagamentos por tipo de Instrumento (UO 24901)



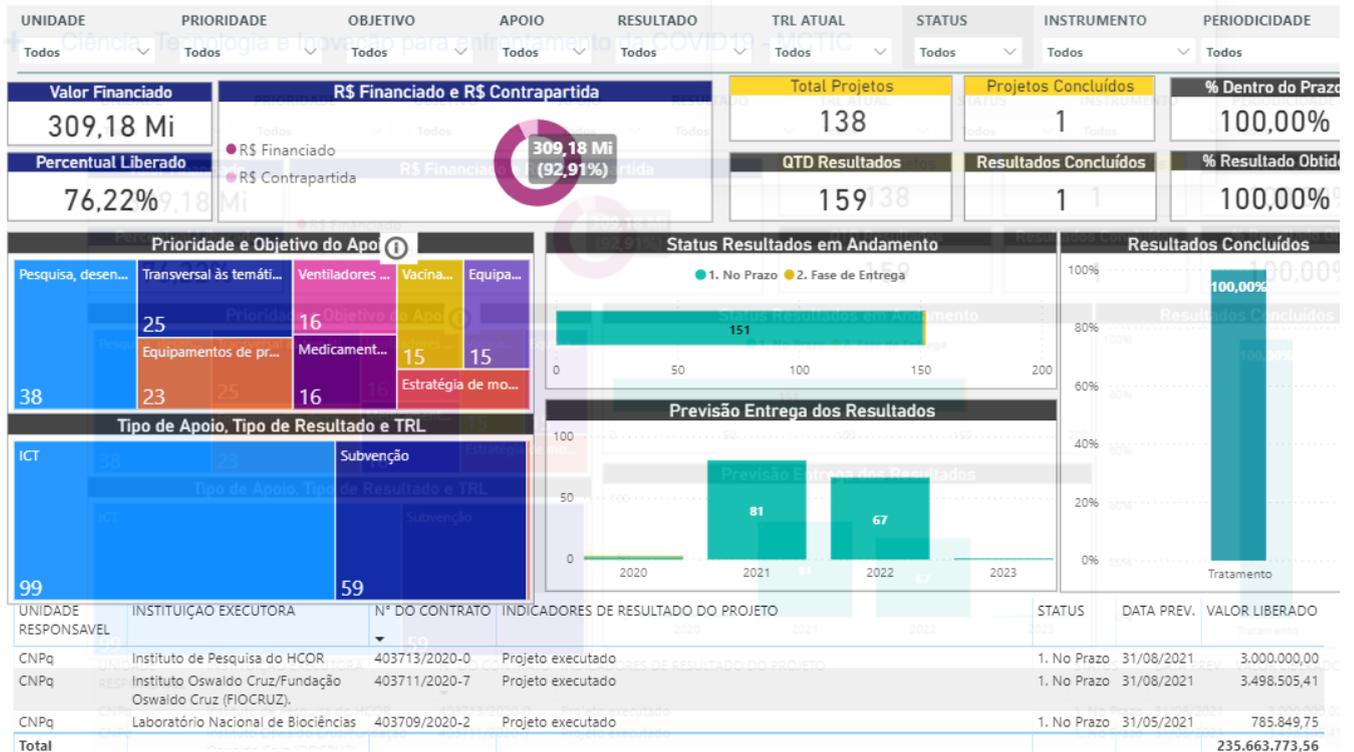
Por fim, foi apresentado um quadro com o resumo da execução orçamentária até 30/09 (Figura 7), revelando, porém, que a situação descrita no quadro já havia sido modificada pelos vários movimentos de execução realizada no mês de outubro. Nesse momento, concedeu a palavra a Sra. Janaína que, por sua vez, colocou que a execução para esse ano ficou acima do que ocorreu no mesmo período no ano anterior, tanto no ponto de vista orçamentário quanto no financeiro. Informou que a Finep solicitou um novo remanejamento no tocante ao saldo orçamentário para as demais ações do Fundo, incluindo as ações da Covid.

Figura 7 - FNDCT – Resumo da Execução Orçamentária

Discriminação	Orçamento Aprovado (Atualizado)	Orçamento Utilizado	Saldo Orçamento
<b>Fundos Setoriais</b>	37.194.668	24.590.683	12.603.985
Infra-estrutura	28.130.645	23.213.744	4.916.901
Demais Fundos Setoriais	9.064.023	1.376.939	7.687.083
<b>Operações Especiais</b>	354.506.469	218.947.222	135.559.247
Equalização	274.442.327	192.511.234	81.931.093
Participação no Capital	50.000	50.000	-
Subvenção	80.014.142	26.385.988	53.628.154
<b>Demais Ações</b>	395.610.682	375.098.316	20.512.366
Apoio às INCTs	20.000.000	19.293.630	706.370
Projetos Institucionais de C&T	49.016.320	40.655.384	8.360.936
Promoção de Eventos		-	-
Reator Multipropósito	94.362	-	94.362
Enfrentamento Emergência COVID19	326.500.000	315.149.302	11.350.698
<b>Ação Transversal</b>	139.282.542	45.200.186	94.082.356
Ação Transversal	139.282.542	45.200.186	94.082.356
<b>Emendas Parlamentares</b>	7.970.000	-	7.970.000
<b>TOTAL Não Reembolsável:</b>	<b>934.564.361</b>	<b>663.836.407</b>	<b>270.727.953</b>
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>4.281.883.010</b>		

Após estas apresentações passou-se ao terceiro item da pauta. Antes de iniciar a apresentação do segundo item da pauta, o Ministro pediu a palavra para agradecer o excelente trabalho prestado pelo ex-secretário, Sr. Júlio Semeghini, e aproveitou para apresentar formalmente o novo secretário-executivo, Sr. Leônidas Medeiros, a toda equipe do CD/FNDCT. **2. Resultados das ações das MPs da Covid (BI-dashboards).** O Sr. Yuri comentou que, a fim de dar maior transparência, alinhando-se inclusive às sugestões dos órgãos de controle, houve a necessidade de implementação de uma ferramenta que pudesse auxiliar a rápida evolução das informações por conta das ações aprovadas para o combate da Pandemia no âmbito dos recursos orçamentários liberados pelas Medidas Provisórias 929 e 962/2020. Deste modo, com o auxílio da Finep, a partir de dados levantados pelas duas agências, CNPq e Finep, foi criado o Painel BI de acompanhamento das ações de enfrentamento à Covid. Aproveitando a oportunidade, fez uma demonstração do Painel BI disponibilizado no site: [painel.mctic.gov.br](http://painel.mctic.gov.br) e explicou sobre de alguns cards do aludido dashboard.

#### + Ciência, Tecnologia e Inovação para enfrentamento da COVID19 - MCTIC



Em sua breve explicação, o Sr. Yuri ressaltou que além de recursos do FNDCT oriundos das MPs também houve alocação de recursos por parte de Secretarias do MCTI com recursos das mesmas MPs. Ao final da explanação, o Ministro parabenizou toda a equipe pela iniciativa do painel reforçando a importância da transparência dos atos públicos. **3. Homologação das decisões Ad Referendum do Ministro.** O Sr. Yuri contextualizou os conselheiros acerca da MP nº 929, de 25 de março de 2020, e ressaltou a justificativa da injeção de recursos para o FNDCT de um crédito extraordinário de 100 milhões para medidas de enfrentamento a pandemia de saúde pública. Explicou que a decisão Ad Referendum do ministro havia sido publicada em Diário Oficial com toda a justificativa necessária e que ela continha, inclusive, as diretrizes para a utilização integral destes recursos. Após a publicação, em dois de abril, afirmou que os demais conselheiros foram avisados dessa decisão virtualmente, o que estava em conformidade com os normativos do Conselho. Por meio de uma tabela, demonstrou as ações contempladas por essas iniciativas previamente citadas pelo Presidente no início da Reunião. Mencionou que dos R\$100 milhões disponibilizados inicialmente, já foram empenhados R\$ 99,9 milhões nesses projetos, o que resultou num elogio por parte dos órgãos de controle.

#### Iniciativas na Ação 21C0

##### MP nº 929, de 25 de março de 2020

TRs RECEBIDOS	VALOR DO TR (R\$)	VALOR COMPROMETIDO (R\$)	
		PROJETO	BOLSAS
Chamada Pública EPI/EPC	8.000.000,00	7.785.732,21	-
Suplementação de recursos à "Chamada Pública EPIs e EPCs"			
Chamada Pública MCTIC-MS – Pesquisa (CNPq)	30.000.000,00	30.000.000,00	-
Ventiladores Mecânicos	5.000.000,00	4.873.063,34	-
Biopolímeros Alcool em gel	1.500.000,00	1.397.892,75	-
Kits diagnóstico	9.949.350,00	7.309.349,25	2.640.000,00
Reposicionamento de fármacos	5.231.742,00	4.470.057,79	720.000,00
Sequenciamento e monitoramento	9.998.155,09	7.045.139,74	2.952.000,00
Vacinas	7.937.653,00	6.580.642,00	1.356.000,00
Ensaio clínico preventivo	1.443.504,24	1.442.912,00	-
Testes rápidos	700.000,00	700.000,00	-
Impactos sociais	2.000.000,00	2.000.000,00	-
Ensaio clínico BCG	999.105,00	998.149,52	-
Recursos aditivos ao "Ensaio clínico BCG"			
Ensaio clínico fármacos	6.000.000,00	6.000.000,00	-
Ensaio clínico Soroneutralização	5.000.000,00	5.000.000,00	-
Impactos econômicos	500.000,00	500.000,00	-
Biobanco	2.981.400,00	2.981.400,00	-
Avaliação oftalmológica	49.472,05	49.472,05	-
Chamada Pública MCTIC-MS – Pesquisa (CNPq) - aditivo	3.146.639,90	3.146.639,90	-
		<b>92.280.450,55</b>	<b>7.668.000,00</b>
		<b>99.948.450,55</b>	

Quanto a segunda MP nº 962 de 6 de maio de 2020, o Sr. Yuri informou que parte do recurso foi destinado ao FNDCT, num total de 226,5 milhões. Comentou que o trâmite ocorreu da mesma maneira, com a decisão Ad Referendum por parte do Ministro, e com três (3) meses para utilização dos recursos sob pena de caducidade, o que resultou em outras tantas ações. Posteriormente, com a aprovação pelo Congresso Nacional, o prazo dessa MP foi prorrogado.

#### Iniciativas na Ação 21C0

##### MP nº 962, de 06 de maio de 2020

TRs RECEBIDOS	VALOR DO TR (R\$)	VALOR COMPROMETIDO (R\$)	
		PROJETO	BOLSAS
Chamada Pública MCTIC-MS – Pesquisa (CNPq) - aditivo	3.000.000,00	3.000.000,00	-
Chamada Pública Soluções Inovadoras	132.000.000,00	113.632.515,57	-
Novos testes	5.800.000,00	5.800.000,00	-
Escalonamento da produção de kits	5.500.000,00	5.500.000,00	-
Soluções tecnológicas de start-ups	23.800.000,00	23.403.310,52	-
Recursos aditivos ao projeto "Soluções tecnológicas de start-ups"			
Ampliação de testes diagnósticos	32.500.000,00	32.499.990,30	-
Recursos aditivos ao projeto "Ampliação de testes diagnósticos"	2.500.000,00	2.493.700,00	-
Ampliação da capacidade de processamento e diagnóstico de SARS-CoV-2	30.199.050,00	30.199.050,00	-
Laboratórios NB-3 - aditivo	9.000.000,00	8.837.557,00	-
		<b>225.366.123,39</b>	<b>0,00</b>
		<b>225.366.123,39</b>	

O Ministro aproveitou a ocasião para mais uma vez parabenizar a celeridade e o profissionalismo dos trabalhos prestados pelo CNPq e pela Finep, sobretudo pela disposição em atuar com excelência num cenário caótico como esse da pandemia. Parabenizou ainda os esforços e o engajamento do Congresso Nacional na aprovação da MP nº 962 para apoiar ações relevantes para o momento crítico atual. O Sr. Yuri comunicou ao Conselho que o TCU emitiu um relatório reagindo de maneira positiva e reconhecendo o trabalho prestado em um período tão curto por parte do Ministério. Após, foi colocada em votação a Resolução para homologação das decisões *Ad Referendum*, a qual foi considerada APROVADA por unanimidade. Findo este item de pauta, passou-se ao próximo ponto. **4. Atualização do Plano Anual de Investimento 2020 (Brasil-Israel, MAG e ações Covid).** O Sr. Lattarulo informou que os objetivos da apresentação eram o de deliberar sobre as alterações do objeto de Termos de Referência - TRs que estavam na alçada do Conselho Diretor, dar ciência acerca de outras mudanças promovidas em TRs e de homologar as ações empreendidas no âmbito da Ação 21CO – Enfrentamento da Covid-19 (MCTI). Após, passou a palavra ao Sr. Dantas para maiores esclarecimentos. Ele cumprimentou a todos e discorreu sobre a alteração do Termo de Referência da 2ª Chamada Pública Finep-IIA (*Israel Innovation Authority*), para 3ª Chamada Pública Finep-RCN (*Research Council of Norway*). Segundo o Sr. Dantas, em março, a 2ª Chamada Pública II-A foi aprovada no Plano Anual de investimentos FNDCT, em maio o TR foi recebido na Finep, porém, ainda no mês de maio, chegou uma comunicação oficial da *Israel Innovation Authority* à Finep, informando a respeito da desistência da Chamada. Com este cenário, a Finep enviou uma comunicação para o MCTI em julho solicitando a substituição. Assim, com o aval das instâncias de governança do FNDCT e o encaminhamento do novo TR, informou que havia a previsão de lançamento desta Chamada o que poderá ocorrer ainda no mês de novembro deste ano. No escopo da 3ª Chamada Pública Finep-RCN (*Research Council of Norway*), afirmou que os projetos a serem apresentados deverão conter elementos de colaboração entre a indústria brasileira e a indústria norueguesa. Acrescentou ainda que a previsão de recursos do FNDCT para a chamada era de R\$ 5 milhões, previstos para 2021, para o apoio às empresas brasileiras por meio da chamada pública, e que o Conselho Norueguês de Pesquisa (RCN) alocaria um montante de R\$ 15 milhões de coroas norueguesas (cerca de R\$ 8 milhões de reais) para as empresas norueguesas. Concluiu citando os seguintes temas considerados relevantes nesse ano: Captura e armazenamento de carbono; Asseguramento de fluxo; Digitalização e automação; Energia solar; Desenvolvimento subsea; Exploração das geociências; Robótica para energia e infraestrutura; Energia eólica *offshore*; Tecnologia dos materiais; Recuperação aprimorada de óleo (EOR); Produção, processamento e transporte e Tecnologias para prevenção de acidentes. O Sr. Davidovich elogiou a amplitude de temas que poderão ser considerados a despeito de contemplar somente o petróleo. O Sr. Barroso concedeu a palavra ao Sr. Bortolini para discorrer acerca do Modelo de Avaliação Global, que havia sido aprovado via TR. Foi informado que ele foi aprovado na reunião do CD-FNDCT em março, como uma Chamada Pública, o que pressupõe um chamamento para diversas propostas. Em análise na Finep, o departamento jurídico sugeriu que, dado o objeto do TR, o melhor modelo seria um processo licitatório para uma contratação mais específica, utilizando para isso, os recursos das Despesas Operacionais do FNDCT. Desta forma, solicitou-se a mudança na forma de seleção e contratação da proposta, passando da esfera operacional para a administrativa. Com isso, a proposta ora apresentada seria o cancelamento do TR passando os custos do projeto contabilizados como despesa operacional do FNDCT no ano de 2021. No que tange ao **Centelha II**, informou que houve uma alteração no tocante a distribuição dos recursos de maneira a simplificar sua redação e o remanejamento da natureza de parte dos recursos, de subvenção e de ação transversal para bolsas. Informou que houve uma alteração no tocante a distribuição dos recursos de maneira a simplificar sua redação, promovendo apenas o remanejamento da natureza dos recursos, de subvenção e de ação transversal para bolsas. Outro TR alterado foi o do **Programa Materiais Avançados** cuja carta-proposta foi desmembrada em outros 4 TRs, e os montantes foram redistribuídos entre as duas ações orçamentárias definidas – Subvenção e Transversal. Esse programa foi dividido em uma chamada para empresas e outra para ICTs, uma encomenda para laboratório específico e outra chamada ainda em fase de revisão. Por fim, o TR **Chamada Pública Brasil-Alemanha em P&D em Bioeconomia** sofreu mudanças nos campos "Objetivos", "Público alvo" e "Descrição", assim como a postergação do cronograma para início de comprometimento orçamentário em 2021, em função da pandemia. Após estas alterações de TRs, a Sra. Janaina apresentou um quadro resumo e informou que ele representava o *status* atual das propostas com as Novas Iniciativas 2020 (**Figura 8**) que demonstrou como ficou a distribuição das ações propostas para 2020. Destacou que ainda existem ações a serem implementadas esse ano e citou outras ações a serem lançadas apenas para o ano de 2021.

Figura 8 - Novas Iniciativas 2020

Acompanhamento das Novas Iniciativas 2020			
	Proposta	Valor 2020	
		(TR)	(Atualizado)
Iniciativas implementadas em 2020	Tecnologias 4.0	5.000.000	5.000.000
	SOS Equipamentos	6.000.000	6.000.000
	Projetos Executivos para Obras de Infraestrutura de Pesquisa	5.000.000	5.000.000
	Programa CENTELHA II	27.000.000	27.000.000
	Programa CENTELHA II (parceiros + bolsas)	6.700.000	2.700.000
	RenovaBio – Política Nacional de Biocombustíveis	860.000	860.000
	P,D&I em Tecnologia Assistiva	7.500.000	-
	Projetos dos Cenários Futuros de Domínio Aéreo	2.300.000	2.300.000
	Encomendas Ministério da Defesa	37.663.000	37.663.000
	Programa Materiais Avançados (Empreendedorismo)	2.500.000	-
	Programa Materiais Avançados (Minerais Estratégicos)	2.500.000	-
	Programa Materiais Avançados (Laboratórios)	3.000.000	3.000.000
	A implementar em 2020	Programa Materiais Avançados (CTA-MA)	4.000.000
Programa DESAFIO FINEP START UP		1.000.000	-
Lançamento em 2021	Chamada Pública Conjunta Brasil-Suécia – Cooperação ICT-Empresa	-	-
	Chamada Pública Brasil-Alemanha em P&D em Bioeconomia	-	-
	Aplicação do Modelo de Avaliação Global (MAG) - IBICTI *	1.600.000	-
	Diálogo Nobel no Brasil	1.540.000	-
2ª Chamada Pública Finep – IIA (Israel Innovation Authority) **	1.000.000	-	
<b>Total</b>		<b>115.163.000</b>	<b>89.523.000</b>

(\*) Substituído por contratação administrativa custeada como despesa operacional

(\*\*) Substituído pelo TR Finep-RCN de mesmo valor

Ao final dessa explanação, o Ministro pediu uma explicação sobre a chamada Brasil-Alemanha, momento em que o Sr. Bortolini explicou que ela era uma chamada de fomento cooperativo, podendo existir qualquer tipo de combinação em que haja empresas e/ou ICTs brasileira e alemã. Abrindo um parênteses na temática da Pauta, o Ministro colocou a preocupação na alta demanda de importação de defensivos agrícolas haja visto a lacuna desse produto no mercado brasileiro e deixou a questão para os parceiros da área temática afim. O Sr. Evaldo colocou que já havia algumas contribuições para apresentar para o Ministro como resposta. Aproveitou o ensejo para apontar questões na área de genética afirmando que o Brasil já não produzia muitas sementes o que atenta para a soberania nacional, em virtude da dependência da genética estrangeira. O Sr. Bruno Brasil confirmou que essa era uma área que o Brasil tinha um histórico importante e que poderia inclusive se consolidar, em especial, na área de defensivos biológicos. Mas deixou claro que hoje a balança de importação era deficitária. Mencionou que em virtude da demanda crescente, existiam várias *startups* trabalhando nessa corrente, e colocou que era um assunto correlato à Embrapa. O Sr. Barroso mencionou que existe uma parceria com a Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas sobre um acordo de cooperação com o MAPA e o Sr. Dantas destacou a possibilidade de fomentar ações conjuntas. Após essas considerações, o Presidente Marcos Pontes colocou em votação a atualização do Plano Anual de Investimento 2020 e sem manifestações em contrário, foi considerado APROVADO. **5. Auditorias TCU e CGU.** O Sr. Yuri iniciou sua apresentação informando aos Conselheiros que havia dois tipos de enfoques com os órgãos de controle.

Afirmou que o primeiro tratava de auditorias que estavam em andamento e explicou que, naquele momento, haviam apenas duas: uma acerca da Ação 21C0 – Covid-19 com o relatório final do TCU concluído, aguardando o Acórdão, e outra auditoria no tocante à gestão da Finep nos últimos 10 anos, enquanto Secretaria-Executiva do FNDCT, em fase inicial. Continuando, mencionou que o segundo enfoque referia-se aos planos de providência em execução e citou o Acórdão/TCU 1866/2019 que tinha como uma das sugestões a implementação do MAG. Além disso, informou aos membros que existem outros três planos de providências oriundos da CGU que estavam em curso: FNDCT NR 2018, Fundos Setoriais 2019 e Reembolsável 2020 e informou que estas temáticas vinham sendo acompanhadas e que as providências estavam sendo tomadas tempestivamente. **7. Assuntos gerais** - O Presidente questionou se havia algum assunto geral a ser tratado; não havendo manifestação avançou para o item extra pauta. **Extra pauta.** O Presidente passou a palavra para os membros do CD/FNDCT para debaterem a respeito do PL 135/2020. Foi redigido um “Manifesto dos Conselheiros” (Anexo-1) a favor da aprovação desse projeto com urgência. O Sr. Luiz Davidovich iniciou o debate ressaltando a grande preocupação quanto ao tempo exíguo em detrimento do rito próprio da casa legislativa, colocando que tinha a consciência de que não se tratava de falta de apoio por parte dos parlamentares. Argumentou que teme pelo futuro da Ciência Brasileira devido aos constantes contingenciamentos sofridos, somado ao orçamento reduzido para 2021 que estavam para serem deliberados pelo Congresso a despeito dos altos investimentos recebidos em outros países para o desenvolvimento da Ciência local. Mencionou ainda que o entrave decorria da longa lista de pautas a serem deliberadas e pediu, em nome dos demais, um apoio forte a essa postura de defesa do PL. O Sr. Jorge Audy, também cossignatário do Manifesto, afirmou que era um recurso legítimo associado ao Fundo e à área de C&T, mas demonstrou preocupação quanto a sua viabilização devido à alta demanda de pauta. Colocou a necessidade de se encontrar caminhos para que fossem ampliados recursos para a Ciência e Tecnologia, de modo a irrigar recursos nas agências de fomento propiciando a retomada de investimentos de porte necessários em algumas áreas da ciência, de forma a unir indústrias, universidades e Governo. O Sr. Benedito Aguiar, Presidente da Capes, mencionou que concordava com a preocupação de toda a área acadêmica e científica. Afirmou que o Brasil tinha um potencial enorme e que, por isso, considerava necessário um olhar cuidadoso no sentido de se amparar a Ciência de modo a sair da situação crítica atual em razão da forte limitação orçamentária e pediu, deste modo, uma intervenção firme junto ao Congresso. A Sra. Gianna colocou que compartilhava da mesma opinião dos colegas com relação a importância do PL 135/2020 em razão dele assegurar recursos para o desenvolvimento em C&T e comentou que, em seu entendimento, considerava importante a participação da sociedade, do setor empresarial e da academia na política, o que contribuiria para a formulação de algo a ser implementado junto à sociedade destacando que a inovação acontece no mercado, dentro de uma lógica empresarial existente no mercado. O Sr. Evaldo ressaltou uma preocupação genuína referente a manutenção do trabalho de novos jovens pesquisadores e doutores brasileiros. Argumentou que esse ano, em virtude da pandemia, viabilizou-se muita coisa na área da infraestrutura, em termos de segurança, de pesquisa, mas reforçou que deveria ter um olhar mais cuidadoso em relação à força de trabalho do jovem cientista que vinha sendo diminuída em decorrência da escassez de recursos, o que poderia ocasionar a perda desse valioso capital humano no futuro. Citou o caso da falta de continuidade do Edital Universal em virtude de recursos insuficientes oriundos do FNDCT, desestimulando o trabalho dos pesquisadores. O Sr. Franklin deixou claro o seu apoio ao PL, enquanto representante da indústria. Lembrou que além desta questão humana havia uma preocupação real quanto à inovação em razão de sua relevância para o país principalmente no aspecto de empregos, na expansão econômica e na percepção de como o País era visto lá fora. Comentou que a comunidade enfrenta outras batalhas como o “Marco de Startups”, a revisão da “Lei do Bem”. O Ministro destacou que havia um consenso quanto à necessidade da aprovação do PL e da importância do FNDCT, ressaltando que existiam dois problemas a serem enfrentados, a saber: um na questão do orçamento e outro quanto à necessidade de pessoal qualificado, o que corroborou com o apontamento realizado pelo Sr. Evaldo por conta da manutenção de pesquisadores em trabalho contínuo. Informou que esta era uma questão relevante que já havia sido tema de conversa com o Ministro Paulo Guedes, para o ingresso por meio de concurso público, de maneira a se tornar viável a captação dessa mão de obra especializada para as instituições de pesquisa. Ressaltou que essa preocupação era, por vezes, até maior que a questão crítica da escassez de recursos, concordando com a fala anterior do Sr. Davidovich que mencionava que sem recursos e sem pessoal a Ciência não sobreviveria. Sobre o orçamento argumentou que a liberação dos recursos deveria ser realizada em sua totalidade, de modo inteligente, para que não houvesse desvio de finalidade das prioridades do FNDCT. Considerou a necessidade de um trabalho conjunto, interministerial, mas comentou que isso por si só não bastaria, afirmando que esse diálogo deveria ser feito também com o Congresso. Colocou então que esse manifesto fosse proposto como uma matéria própria do CD/FNDCT. O Sr. Zarak, do Ministério da Economia, colocou que não considerava aquele o melhor momento para se apoiar o Manifesto, apesar de concordar que a Ciência e a Tecnologia era uma temática relevante. Argumentou que, apesar da importância deste setor, era importante pensar em outras prioridades e citou que a aprovação do PL, na situação atual, impossibilitaria a implementação de outras políticas públicas importantes que também necessitavam ser implantadas. Ressaltou que a liberação de todos os recursos do FNDCT significaria o descontingenciamento de uma reserva que afetaria outras políticas de outros setores do governo também importantes que precisam de continuidade. Deste modo, posicionou-se de modo contrário a aprovação do PL, apesar dele já ter sido aprovado pelo Senado Federal, dada a situação atual do País e das contas públicas federais. A Sra. Gianna manifestou seu apoio integral ao Manifesto, falando em nome de toda a categoria do setor empresarial, e considerou que, de fato, a Ciência, Tecnologia e Inovação ainda não eram prioridades no Brasil, uma vez que ainda eram consideradas como um gasto e não como um investimento. Afirmou ainda que todo o setor produtivo e acadêmico gostaria de ter assegurado o recurso investido no FNDCT voltado para a promoção do desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, razão primária da criação do Fundo. O Sr. Jorge Audy também se posicionou a favor da aprovação do Manifesto por parte do Conselho. O Sr. Barroso Magno informou que a Finep, no papel de secretária-executiva do FNDCT e de empresa pública vinculada ao MCTI, está alinhada ao seu órgão supervisor. Sendo assim, informou que acompanha o posicionamento do Ministério, manifestando-se favorável. O Sr. Glaucius comentou sua satisfação em decorrência do apoio recebido ao Manifesto e também se posicionou a favor. O Sr. Davidovich salientou que essa luta era pela sociedade brasileira, mencionando que grandes projetos não saiam do papel por falta de prioridade, se posicionando a favor. O Sr. Evaldo colocou que existem inúmeras prioridades importantíssimas para o País, mas afirmou que a Ciência e Tecnologia era o único recurso capaz de garantir o futuro da pesquisa do país colocando o Brasil em posição de destaque no cenário mundial. O Sr. Benedito ressaltou a importância do FNDCT, colocou que o trinômio, Ciência, Tecnologia e Inovação, era o principal vetor de desenvolvimento social e econômico de qualquer país e se posicionou favorável ao Manifesto. O ministro agradeceu a participação de todos, em especial ao conselheiro Zarak, e ressaltou a importância da pesquisa nesse momento atípico de pandemia. Reconheceu que entende o posicionamento do Sr. Zarak, ressaltou a importância do trabalho conjunto com o Ministério da Economia - ME, em especial da SOF, e colocou que todas as pesquisas já realizadas darão um retorno robusto no enfrentamento a pandemia da Covid-19, salientando que a evolução no tratamento, vacinas e possível cura era devido ao valioso esforço dispensado por parte da ciência. Pediu que fosse registrada em Ata a posição contrária do conselheiro do ME, mas afirmou que a situação demandava um olhar crítico nessa área para que houvesse respostas céleres em situações como esse nível de criticidade no futuro e enalteceu o trabalho conjunto desempenhado por parlamentares, pelo governo, pelos Ministérios da Economia e da Saúde, auxiliando o MCTI no sentido de se buscar respostas para o enfrentamento da pandemia. Sugeriu então que o Manifesto dos Conselheiros fosse proposto como uma carta própria do Conselho Diretor, a despeito da posição diversa do Conselheiro do ME. Após ampla discussão, ficou APROVADO o Manifesto a favor do PL 135/2020. Não havendo mais a manifestação por parte dos conselheiros, agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

**MARCOS CESAR PONTES**  
Presidente do CD/FNDCT

#### **Anexo-1 da Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do FNDCT**

#### **Manifesto dos Conselheiros do FNDCT em favor da aprovação do PL 135/2020**

A ciência e a inovação provaram, no período pandêmico, sua centralidade para o futuro das nações, uma vez que o desenvolvimento de soluções para o combate a crises como a causada pela Covid-19 depende de investimentos robustos e perenes em CT&I. O Brasil, que vem enfrentando o grave encolhimento dos recursos nessa área, tem oportunidade significativa de rever prioridades e de se reposicionar tanto no mercado interno, quanto no global.

Para isso, o caminho mais adequado e oportuno é via Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado especificamente para cumprir essa missão e constituído por frações de vários impostos recolhidos por empresas dos diferentes segmentos da economia, que são fortes demandantes de tecnologia e inovação.

A liberação total dos recursos do FNDCT para investimento em atividades de pesquisa e inovação no Brasil é urgente e imprescindível, por ser essa a principal fonte de recursos no país para tal fim.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, estima-se aproximadamente R\$ 6,5 bilhões para o Fundo em 2020. Contudo, desse total, R\$ 1,6 bilhão destina-se a projetos reembolsáveis e somente R\$ 609 milhões estão disponíveis para o fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico na academia e nas empresas. Enquanto isso, cerca

de R\$ 4,3 bilhões estão retidos em reserva de contingência, o que significa que quase 70% do total previsto para este ano não poderá ser utilizado. A previsão para 2021 é ainda mais grave, alcançando mais de 90% de contingenciamento.

Poder dispor dos recursos do fundo permitirá atender à carteira de projetos já aprovados pelo FNDCT, que acumula, apenas no ano corrente, recursos na ordem de R\$ 1 bilhão, bem como a demanda não atendida de projetos apresentados ao MCTI sobre o enfrentamento da COVID-19, que requerem mais de R\$ 2 bilhões. Isso também viabilizará os investimentos, amplamente represados em anos recentes, em novos editais de apoio à pesquisa e às empresas, bem como a continuidade da concessão de bolsas de pesquisa e a qualificação de profissionais para atuarem no curto e médio prazo, aumentando as chances das instituições de pesquisa e empresas superarem uma das piores crises mundiais do último século.

Cumprir destacar que os recursos do FNDCT possibilitaram a construção e apoio a inúmeras instituições e projetos de pesquisa públicas e privadas estratégicas para o país. É o caso do Sirius, maior e mais complexa infraestrutura de geração de luz síncrotron do hemisfério sul, que oferece pesquisa avançada em materiais sintéticos e biológicos em diversas áreas. Também é o caso do tanque oceânico instalado na COPPE/UFRJ – o maior do mundo para projetos de estruturas flutuantes e operações no mar. Os recursos do Fundo ainda contribuíram para o desenvolvimento de um inédito processo de automação robotizada, liderado pela Embraer e ITA no setor aeronáutico, e que teve origem em amplo investimento em pesquisa pública. Justamente em razão desse tipo de investimento, o Brasil é hoje um líder global nesse setor. Finalmente, é importante mencionar que o FNDCT permitiu a realização do Inova Empresa, maior programa de apoio à inovação empresarial na última década no país. Não fossem os recursos e a versatilidade do fundo, não teria sido possível integrar os instrumentos de crédito, subvenção e capital de risco e realizar convênios que permitiram a articulação universidade-empresa para a execução de projetos de maior risco e intensidade tecnológica.

Nesses termos, este Conselho recomenda fortemente às autoridades parlamentares a aprovação do Projeto de Lei 135 de 2020, como meio de impulsionar atividades de ciência, tecnologia e inovação e, conseqüentemente, a atividade empresarial e a geração de emprego e renda no país.

Urgentemente, o Brasil precisa alçar a CT&I ao primeiro plano nas estratégias de desenvolvimento econômico e social, sobretudo diante dos recentes acontecimentos com tantos impactos negativos no cenário global. O ecossistema nacional de inovação não pode correr o risco de colapsar. A adoção de medidas como a aprovação do Projeto de Lei 135 de 2020 deve ser vista como prioritária para que se evite danos irreparáveis à nossa estrutura produtiva e à sociedade como um todo.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações**, em 01/12/2020, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6107099** e o código CRC **39C6F0FE**.